

# **A RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DEGRADADAS TRANSFORMAM A SITUAÇÃO AMBIENTAL DE ALTA FLORESTA**

Samantha dos Anjos Farias<sup>1</sup>

## **RESUMO**

A cidade de Alta Floresta, localizada no norte do estado de Mato Grosso, desde a sua fundação, passou por diversos ciclos econômicos para o desenvolvimento da região. Em 2007, o Ministério de Meio Ambiente incluiu a cidade, na relação de município prioritário para ações de monitoramento e controle do desmatamento. Para o fortalecimento da gestão ambiental da região, em 2011, iniciou a execução do Projeto Olhos D'água da Amazônia para a recuperação de nascentes e áreas degradadas que, permitiu que no ano seguinte, Alta Floresta tivesse o nome retirado da lista dos municípios que mais desmatam no país, com os resultados obtidos pelo projeto.

Palavras-chaves: planejamento territorial, sistema agroflorestral, nascentes, área de preservação permanente.

## **ABSTRACT**

The town of Alta Floresta, located in the northern state of Mato Grosso, since its foundation, has undergone several cycles for the region's development. In 2007, the Ministry of Environment included the city in relation to priority city for program monitoring and control of deforestation. To strengthen environmental management in the region, in 2011, began implementing Project Eye Watermark Amazon for recovering degraded areas and springs that allowed the following year, Alta Floresta had the name removed from the list of municipalities that highest deforestation rates in the country, with the results obtained by the project.

Keywords: territorial planning, agroforestry, springs, permanent preservation area.

---

<sup>1</sup> Comunicadora Social com habilitação em Jornalismo  
Faculdade Sul-Americana (Fasam)  
Especialista em Assessoria de Comunicação  
Universidade Federal de Goiás (UFG)  
E-mail: samanthanjos@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

Fundada em 1976, a cidade de Alta Floresta durante o seu crescimento econômico, nas décadas de 70 e 80, teve áreas degradadas ambientalmente com a execução de atividades garimpeiras e a extração de madeiras na região amazônica. De acordo com o diagnóstico ambiental do município, elaborado pelo Instituto Centro de Vida – ICV (2008), essas atividades produtivas provocaram o desmatamento de grandes áreas de cobertura florestal original, sendo que muitas vezes em proporção maior do que a permitida por lei, como, por exemplo, nas Áreas de Preservação Permanentes - APPs.

A lei de número 12.651, de 25 de maio de 2012 - do novo Código Florestal (2012), aponta que:

*Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Art.3º, parágrafo II)*

Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área total de Alta Floresta é de 8.976,177 km<sup>2</sup>, sendo que foi constatado pelo ICV que 452 mil hectares (50%) permaneciam com a cobertura florestal e o restante - que é de 444 mil hectares (50%) - foi desmatado e está dividido hoje, em 263 mil hectares (29%) de agricultura e pastagem, 74 mil hectares (8%) de solo exposto e 98 mil hectares (11%) de vegetação degradada.

Em 2007, o Ministério de Meio Ambiente apontou 36 municípios brasileiros que apresentavam um índice de desmatamento muito elevado. Entre eles, estava incluso Alta floresta. Perante este fato, a Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta - SECMA tomou a iniciativa de solucionar a problemática ambiental existente na região e, em 17 de agosto de 2010, foi aprovado o financiamento pelo Fundo da Amazônia sob a gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor de R\$ 2.781.340,40, para a execução em 36 meses, do Projeto Olhos D'água da Amazônia que foi elaborado pelo próprio órgão ambiental que iniciou as atividades no ano seguinte.

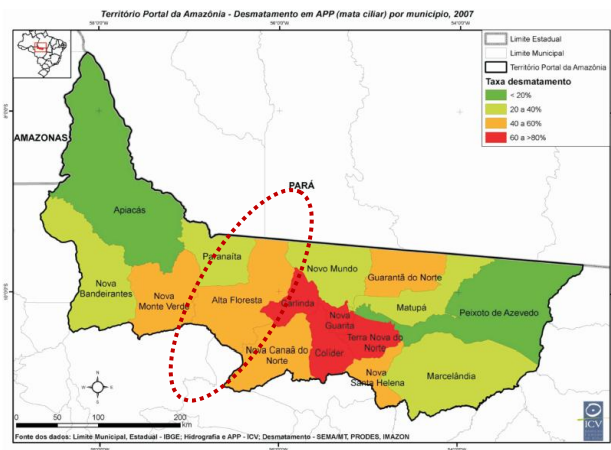
O Fundo da Amazônia só financia os municípios abrangidos pelo Bioma Amazônia, conforme

definição da portaria de número 96, de 27 de março de 2008, do Ministério do Meio Ambiente. A captação de recursos ocorre por meio de doações para investimentos não-reembolsáveis para prevenir, monitorar e combater o desmatamento e a promoção da conservação e do uso sustentável das florestas, de acordo com o decreto de número 6.527, de 1º de agosto de 2008. Vale destacar que é possível utilizar 20% dos recursos para apoiar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento em outros biomas brasileiros ou países tropicais.

A SECMA foi criada em dezembro de 2008, por meio da lei municipal de número 1.681/2008, cuja missão e as responsabilidades envolvem a promoção da preservação do meio ambiente e garantia da melhoria na qualidade ambiental; desenvolvimento e implementação de políticas públicas que garantem o bem estar social, econômico e ambiental e; a elaboração de projetos e programas com planos de ações ambientais.

O Projeto Olhos D'água da Amazônia, que é uma estratégia de política pública, favoreceu não só recuperar as áreas degradadas da zona rural, como também, intensificou e fortaleceu as atividades de monitoramento e controle ambiental da administração pública de Alta de Floresta.

Conforme dados apontados pela SECMA, foram identificadas cerca de 6,5 mil nascentes, sendo que apenas 3,1 mil estavam preservadas, considerando que o município tinha 50% de área desmatada. Em relação às áreas de preservação permanente – APP, 42% deste total havia uma incompatibilidade com as funções que deveriam desempenhar em relação ao solo e a cobertura, interferindo até nas condições dos recursos hídricos da região.



**Figura 1. Município de Alta Floresta que aponta desmatamento em APP entre 40 a 60%**

Em relação ao seu aspecto populacional, Alta Floresta apresentava o número de habitantes no início de sua existência, maior do que consta atualmente. De acordo com o IBGE, o município conta com cerca de 50 mil habitantes e a pecuária é uma das atividades econômicas predominantes. De acordo com dados da SECMA, 38% da população é rural e 62% pertencem à zona urbana.

## **2 OBJETIVO GERAL**

Caracterizar os resultados obtidos com a implantação do Projeto Olhos D'água da Amazônia, em Alta Floresta (MT), que reverteu o quadro de risco com a escassez de água devido o alto índice de desmatamento na região.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Apontar as ações implementadas pelo projeto para a recuperação de nascentes e áreas degradadas de Alta Floresta;
- Apresentar o histórico da problemática ambiental;
- Assinalar as metas alcançadas e os resultados obtidos durante todo o processo de execução do projeto;
- Especificar o público e entidades envolvidas;
- Envolver a legislação ambiental cabível aplicada durante o processo de execução do projeto.

## **3 METODOLOGIA**

A metodologia aplicada para a elaboração do artigo científico envolverá o levantamento de dados relacionados ao Projeto Olhos D'água da Amazônia, como, também, contato pessoal com os executores para obtenção de esclarecimentos, em Alta Floresta – de acordo com as necessidades durante o processo de desenvolvimento do artigo científico. O material também estará baseado na legislação ambiental, conforme seguida e respeitada pelo projeto.

## **4 Projeto Olhos D'água da Amazônia**

O nome dominado ao projeto Olhos D'água da Amazônia foi criado na intenção de despertar um novo olhar sobre os recursos hídricos de Alta Floresta, na busca de viabilizar as ações de recuperação das nascentes de pequenas propriedades e, principalmente, garantir a

disponibilidade de água no município. Este projeto foi elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta (SECMA), em 2009.

Todos os trabalhos desenvolvidos contaram com a parceria entre os proprietários rurais e a Secretaria de Meio Ambiente de Alta Floresta. Sem contar, o envolvimento de profissionais qualificados para a execução das atividades e apoio de importantes entidades no Projeto Olhos D'água da Amazônia, tais como: Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT, Secretaria de Agricultura e Educação de Alta Floresta, Embrapa Agrossilvopastoral – Sinop/MT, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – campus Alta Floresta, Instituto Centro Vida – ICV que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), entre outras instituições.

O Projeto Olhos D'água da Amazônia está relacionado à gestão territorial para a regularização fundiária e ambiental, gestão de recursos hídricos e o fortalecimento da cadeia produtiva. Ele foi dividido em duas fases, sendo que a primeira etapa iniciou em 2011, com as seguintes ações:

- ✓ Inserção das propriedades familiares no Sistema Municipal de Licenciamento – SILAM;
- ✓ Viabilização no processo de 2 mil adesões dos pequenos proprietários rurais ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) – sendo que atingiu mais do que previsto – efetivando no total 2.748 CARs;
- ✓ Recuperação de 1.200 nascentes das 4 mil ameaçadas de extinção;
- ✓ Mapeamento das propriedades rurais que resultou no total de 3.121;
- ✓ Implantação de 20 unidades demonstrativas de pastejo intensivo e 20 de sistemas agroflorestais sucessoriais;
- ✓ Cursos de capacitação aos proprietários rurais;
- ✓ 1.200 propriedades georreferenciadas que contou com a parceria do INCRA que realizou a capacitação dos técnicos para a execução da atividade;
- ✓ Formação de um comitê de monitoramento e avaliação;
- ✓ Contratação de equipe técnica executiva (coordenador executivo e financeiro, engenheiros florestais e agrônomos, biólogos e comunicador social);
- ✓ Elaboração dos Projetos de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

A segunda etapa está prevista para ocorrer no segundo semestre de 2013, com o valor estimado de R\$ 7.182.970, em que haverá uma nova assinatura entre a Prefeitura de Alta Floresta e o BNDES e, posteriormente, ocorrerá o planejamento executivo das ações do projeto que contará com a conclusão da regularização fundiária junto ao INCRA, realização da 2º fase da Licença Ambiental Única – LAU que é emitida no âmbito do licenciamento ambiental de propriedades rurais - obedecendo à legislação florestal do Estado e o Código Florestal, sendo expedida pela Coordenadoria de Licenciamento de Propriedades Rurais – CLPR/SGF, recuperação de mais 2.800 nascentes, monitoramento e acompanhamento das áreas em recuperação, entre outras atividades.

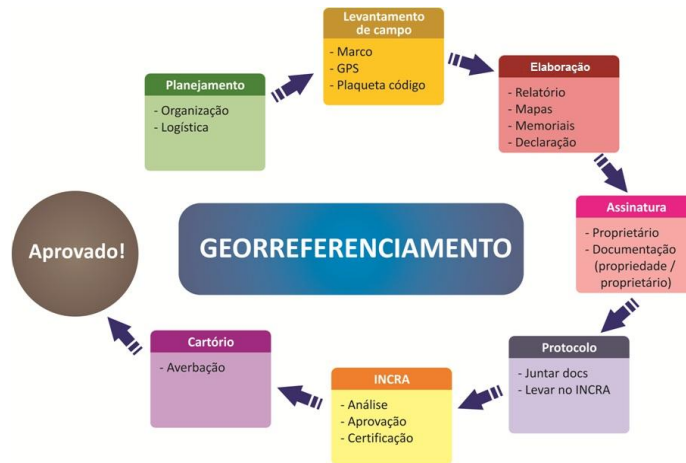
#### **4.1 Planejamento Territorial**

Para dar início ao Projeto Olhos D'água da Amazônia, foi necessário realizar o planejamento territorial para dar início à execução das ações propostas. Neste caso, foi necessário o levantamento de banco de dados geográficos com informações estratégicas que identificam as propriedades rurais com Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as suas características por meio de imagens de satélites. Como complemento, foi realizada a coleta das coordenadas geográficas das propriedades para facilitar na geração de informações e, em seguida, a produção de mapas. Nesta atividade de campo, foi elaborado um formulário para obtenção de informações relevantes para contribuir nos diagnósticos socioambientais dos imóveis.

Para o atendimento das ações previstas, como o CAR e o georreferenciamento, foi necessária a mobilização, divulgação das reuniões e esclarecimentos aos proprietários e moradores de 68 comunidades rurais que envolveram no total de 2.200 pessoas.

Conforme a adesão ao CAR ocorriam novas reuniões com os proprietários para esclarecer informações referentes ao Termo de Ajuste de Conduta – TAC, execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e mobilização do georreferenciamento.

Para a realização do georreferenciamento, os técnicos foram capacitados para aprimorar os conhecimentos práticos e teóricos. Ainda que, a SECMA firmou um termo de cooperação com o INCRA – que é uma entidade responsável pela certificação dos imóveis rurais - para facilitar a análise dos projetos georreferenciadas que, também, contou com 30 horas de acompanhamento de técnico do INCRA para analisar *in loco* os projetos elaborados.



**Figura 2. Organograma das etapas de Georreferenciamento**

Para melhorar o sistema de organização das informações do banco de dados, o município foi dividido em quatro regiões: Noroeste, Nordeste, Sudeste 1 e Sudeste 2, facilitando o trabalho dos técnicos durante o acompanhamento das atividades, sendo dois profissionais em cada área.

RELAÇÃO DE COMUNIDADES POR EQUIPES			
NORDESTE	NOROESTE	SUDESTE 1	SUDESTE 2
Novo Paraíso	Guadalupe	Atenas (Ramal do Mogno)	Sol Nascente
Colina Verde	Monte Alegre	Tessalonica (Ramal do Mogno)	Mirassol
Nova Alvorada	Céu Azul	Novo Horizonte	Água Limpa
Treze de Maio	Todos os Santos	Monte Santo	Rio Verde Vitória do Guecho
Santa Cruz das Paineiras	Lagoa Santa	Central	Santa Verde
Mundo Novo	Santa Monica	Nova Esperança	Morada da Paz
Cristo Rei	Nossa Senhora Do Carmo	São Bento	Santa Luzia
Estrela do Norte	Santa Rita	Santa Helena	Morada Nova (*)
Nova Aliança	Nossa Senhora das Graças	Estrela do Sul	São Francisco
Doze Apostolos	Santa Terezinha	Novo Oriente	Montes Claros (*)
Santo Antonio	Santa Maria	Bela Vista	Memória Jesus
Boa Esperança	Bom Sucesso	Ouro Verde	Bom Recanto
São José	Santíssima Trindade	Bom Jesus da Bela Vista	Redenção
Divina Graça	Santa Luzia	Cristalina	Costa do Cabeça
Balsa da Mediseik	São Pedro	Beira Rio	Comunhão da Serra
Carlinda	Paraíso		Novo Cruzeiro
Terra Santa	Bom Fim		

**Figura 3. Organização das equipes por comunidades do Projeto Olhos D'Água da Amazônia**

## 4.2 Cadastro Ambiental Rural (CAR)

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é uma importante ferramenta para a regularização ambiental das propriedades rurais, que por meio do georreferenciamento identifica as áreas de preservação permanente - APP e de reserva legal, com o propósito de realizar a recuperação e o monitoramento ambiental.

Um dos resultados obtidos com a realização do Projeto Olhos D'Água da Amazônia é que, em setembro de 2012, em média 82% das propriedades rurais haviam efetivado o Cadastro Ambiental Rural (CAR) que foi um importante passo para Alta Floresta sair da lista do

Ministério de Meio Ambiente dos municípios que mais desmatam na Amazônia, através da Portaria de nº187, 04 de junho de 2012 – Publicado no Diário Oficial da União.

Antes da aplicação do projeto, o diagnóstico realizado pelo ICV apontou não estar completa a regularização ambiental fundiária das propriedades rurais junto aos órgãos competentes – Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT e INCRA, sendo que apenas 103 propriedades que totalizavam 204 mil hectares de área estariam cadastradas junto a SEMA no Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais - SLAPR (APRT), cobrindo apenas 23% da área total do município.

### **4.3 Fortalecimento da Cadeia Produtiva**

#### **4.3.1 Manejo de Pastagem**

O projeto Balde Cheio foi uma das propostas do Projeto Olhos D'água da Amazônia em parceria com a Embrapa e a Secretaria de Agricultura de Alta Floresta, sendo que o principal objetivo é o de contribuir para o desenvolvimento da pecuária leiteira em propriedades rurais de Alta Floresta, em que serão aplicados recursos tecnológicos necessários para contribuir na criação de gado, no aumento da produtividade de leite, geração de renda e trabalho.

Por meio da Unidade Demonstrativa, os pequenos produtores de leite tiveram a oportunidade de participar de cursos de capacitação, treinamentos, assistência técnica e na organização social. Em relação às 20 propriedades escolhidas para a implantação do projeto Balde Cheio, foram realizadas reuniões de sensibilização e as propriedades pré-selecionadas passaram por um processo de avaliação para verificar se o ambiente estaria adequado para a implantação do projeto.

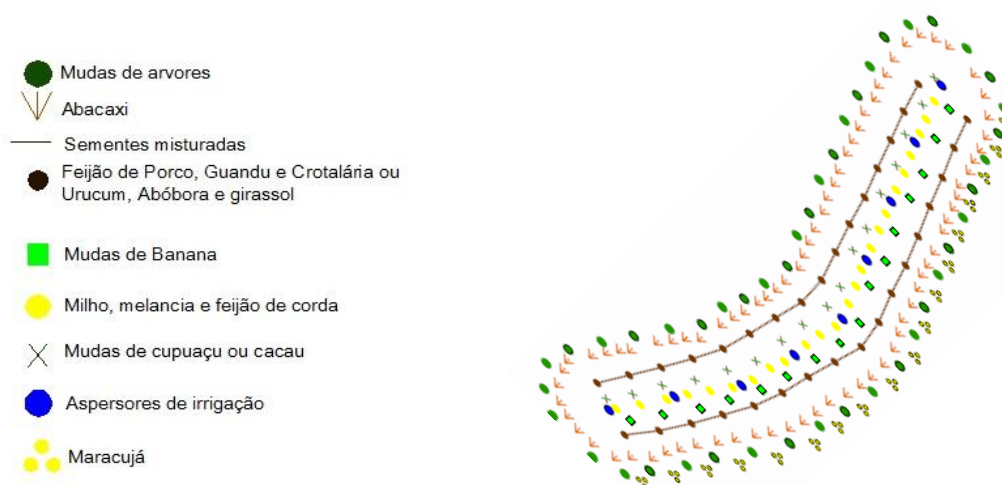
A metodologia do Balde Cheio propõe o projeto e demarcação de piquetes, a análise química e a correção do solo para a adubação com a distribuição do esterco com calcário em toda a área de plantio para formação e a recuperação do pasto até o manejo de rebanho, ordenha e qualidade do leite. Um dos objetivos foi realizar a recuperação e implantação de 4 hectares de manejo de pastagem por propriedades, o aumento de uma cabeça/hectare para quatro cabeça/hectare, apoio com a entrega de lascas e arames e kit cerca elétrica.

#### **4.3.2 Sistema Agroflorestal sucessionais para a recuperação de nascentes**



Os técnicos do Projeto Olhos D'água da Amazônia foram capacitados para a implantação e, estender o aprendizado para os produtores rurais por meio do Sistema Agroflorestal – SAF, no intuito de contribuir com a recuperação de 1.200 nascentes. Vale salientar que as áreas de preservação permanente – APP também são recuperadas com a vegetação nativa por meio deste sistema.

A capacitação com os técnicos envolveu assuntos relacionados aos princípios dos sistemas agroflorestais sucessionais; estratégias da natureza com base nos padrões naturais; estrutura da mata ciliar de abundância; planejamento de plantio para recuperação das áreas e; estudo do croqui de implantação.



**Figura 4. Croqui do plantio elaborado para a capacitação dos técnicos da SECMA**

Todo o plantio realizado nas Unidades Demonstrativas das propriedades é delimitado, envolvendo várias espécies em mudas, tais como: seringueira, unha de vaca, ipê, pupunha, jatobá, jenipapo, jamelão, entre outros. O material orgânico é espalhado na área, proveniente de podas de árvores e troncos cortados identificados na propriedade.

Na sequência do plantio foi espalhado o material orgânico, proveniente de resto de podas de árvores e troncos cortados em decomposição encontrados na propriedade.

### 4.3.3 Meliponicultura

Os pequenos produtores tiveram a oportunidade de participar de mini-curso sobre meliponicultura com abelhas sem ferrão da Amazônia, cuja finalidade foi mostrar o potencial socioambiental existente para a prática na criação desta espécie, em Alta Floresta e,

principalmente, fortalecer a cadeia produtiva de mel com a implantação do meliponário.

No curso foram discutidos conhecimentos básicos da biologia, o comportamento de meliponídeos e ações para despertar o interesse do pequeno produtor na atividade. Os técnicos do Projeto Olhos D'água da Amazônia realizou a instalação de 25 colônias em caixas rústicas de madeira e incentivou os proprietários rurais a explorar essa atividade nas áreas de preservação permanente – APP, por ser uma atividade sustentável e, ainda mais, possibilitar uma renda alternativa.

#### **4.3.4 Permacultura**

Os agricultores de Alta Floresta participaram de oficina sobre permacultura ministrada por técnicos do Instituto de Permacultura da Amazônia (IPA) que envolveram, principalmente, aqueles que tiveram a oportunidade de implantar essa atividade em suas propriedades com a Unidade Administrativa. De acordo com o relatório executivo do Projeto Olhos D'água da Amazônia (2012), a permacultura é uma reunião dos conhecimentos de sociedades tradicionais com técnicas inovadoras, com o objetivo de criar uma "cultura permanente", sustentável, baseada na cooperação entre os homens e a natureza.

Uma das práticas de tecnologias apresentadas de baixo custo que foram apresentadas aos participantes, foram sobre a construção da ferramenta "pé de galinha" para medição de nível do terreno; implementação de um biofertilizante; implementação de composteira; plantio de círculo de bananeiras para reaproveitamento de água proveniente da pia da cozinha; técnicas de manejo e conservação do solo. Todos os envolvidos participaram das etapas de construção, implementação e plantio.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma das ações contempladas pelo projeto para minimizar a degradação ambiental de Alta Floresta, foi o de realizar o diagnóstico ambiental, viabilizar o processo de registro das propriedades rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e recuperar as áreas de preservação permanente degradadas (APPD) próximas às nascentes dos imóveis rurais cadastrados. Como destaque, outras atividades realizadas foram a implantação de projetos demonstrativos de sistemas agroflorestais sucessoriais para a recuperação de 1.200 nascentes, - com plantio de sementes e mudas - e da implantação de 20 Unidades Demonstrativas de pastejo intensivo que tem o propósito de preparar um pasto adequado para vacas em lactação e, conseqüentemente,

favorecer o aumento da produtividade leiteira e da renda do pequeno produtor de leite.

Para regularização ambiental e fundiária das propriedades rurais, a equipe do Projeto buscou customizar os valores para a realização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o georreferenciamento, a Licença Ambiental Única – LAU, sendo que o custo de mercado totalizaria em R\$ 11.500 reais e, com o projeto, todas essas atividades resultaram no valor de R\$ 1mil reais – ou seja – uma economia de R\$ 10.500 reais.

Alta Floresta foi um dos municípios críticos na Amazônia, pertencente à lista do Ministério de Meio Ambiente para ações de monitoramento e controle do desmatamento, em 2007. Caso se mantivesse na relação dos que mais desmatam no país, enfrentaria várias sanções – sendo uma delas o embargo ao crédito rural para as propriedades sem o Cadastro Ambiental Rural (CAR). Com a regularização fundiária e ambiental em 80,23% com o cadastro e a redução do desmatamento para menos de 40 quilômetros quadrados por ano, favoreceu que em 2012, revertisse a situação.

A escassez de água no município foi um dos problemas enfrentados por Alta Floresta, devido o desmatamento descontrolado, em 2010. Com a recuperação de 1.200 nascentes, sendo que no total foram identificadas 4 mil que estavam ameaçadas de extinção, o Projeto Olhos D'água em parceria com proprietários rurais, isolou as áreas e começou o processo de protegê-las e recuperá-las. Isso só foi possível, devido às propriedades contarem com o CAR.

O resultado positivo com a saída da lista negra permitiu que no mês de maio de 2012, a cidade promovesse um pacto de município verde, no intuito de envolver todos os segmentos da sociedade para a transição rumo à sustentabilidade. Vale destacar, a participação dos representantes do Projeto Olhos D'água da Amazônia, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida como Rio+20, ocorrida na cidade do Rio de Janeiro, entre os dias 13 a 22 de junho de 2012, que teve como objetivo discutir a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Um dos representantes do Projeto Olhos D'água da Amazônia, o coordenador executivo, José Alesandro Rodrigues, expôs que a participação na Rio+20 foi uma oportunidade para coroar os resultados alcançados. Ele acrescenta que o projeto tem uma particularidade por abranger desde recuperação de nascentes até a regularização fundiária e ambiental. Sem contar que a efetivação de uma política pública destinada à área ambiental no âmbito de uma prefeitura.

Para ele, essas ações realizadas pelo projeto são inovadoras na Amazônia Legal.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510025>> Acesso em: 18 de junho de 2013.

CÓDIGO FLORESTAL. **LEI DE NÚMERO 12.651, DE 25 de MAIO DE 2012**. Disponível em : <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm)> Acesso em: 22 de junho de 2013.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **PORTARIA DE NÚMERO 187, DE 04 DE JUNHO DE 2012**. Brasília – DF, 11 de junho de 2012, página 85.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA – ICV. **Diagnóstico Ambiental do Município de Alta Floresta (MT)**. Maio de 2008. Disponível em: <<http://www.icv.org.br/site/images/biblioteca/0568962001343413312.pdf>> Acesso em: 07 de julho de 2013.

BRASIL. FUNDO DA AMAZÔNIA. **PORTARIA DE NÚMERO 96, DE 27 DE MARÇO DE 2008**. Disponível em: <[http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site\\_pt/Galerias/Arquivos/Downloads/Portaria\\_MMA\\_96\\_08\\_DEFINI%0DO\\_BIOMA\\_AMAZ%0NIA.pdf](http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/export/sites/default/site_pt/Galerias/Arquivos/Downloads/Portaria_MMA_96_08_DEFINI%0DO_BIOMA_AMAZ%0NIA.pdf)> Acesso em: 22 de julho de 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **DECRETO DE NÚMERO 6.527, DE 1º DE AGOSTO DE 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6527.htm)> Acesso em: 07 de julho de 2013.

INSTITUTO CENTRO DE VIDA – ICV. **Paranaíta lança programa de regularização ambiental para sair da lista de desmatadores da Amazônia**. Disponível em: <[http://www.icv.org.br/site/noticias\\_exibe.php?id=274](http://www.icv.org.br/site/noticias_exibe.php?id=274)>. Acesso em: 20 de julho de 2013.

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE DE ALTA FLORESTA. **Relatório Executivo do Projeto Olhos D'água da Amazônia** - Período de abril de 2011 a setembro de 2012. Alta Floresta – MT.